



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## MAPEAMENTO DE ATORES E ARENAS NAS AÇÕES FINANCIADAS PELO FIDA

Ana Cláudia de Almeida<sup>1</sup>; Tatiana Gomes Rotondaro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Ana Cláudia de Almeida. Universidade de São Paulo. [ana.claudia.almeida@usp.br](mailto:ana.claudia.almeida@usp.br)

<sup>2</sup> Tatiana Gomes Rotondaro. Universidade de São Paulo. [tatiana.rotondaro@usp.br](mailto:tatiana.rotondaro@usp.br)

### GT 16: Relações internacionais e meio ambiente

#### RESUMO

O financiamento público internacional tem sido um mecanismo de resposta a nível global à emergência climática. Esse instrumento transcende escalas ao envolver atores internacionais, regionais e locais em projetos e programas desenvolvidos. Dado esse contexto, a governança pode ser uma lente de análise para compreender como os recursos são convertidos em ações nos territórios e de que forma tais medidas se alinham com as necessidades de adaptação. Entende-se como primeiro passo para essa análise a identificação de atores e arenas envolvidos nas ações financiadas. Realiza-se um estudo de caso da atuação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – um dos principais a atuar na adaptação climática no meio rural – no semiárido brasileiro. Os atores e arenas formalmente estabelecidos para operacionalizar os programas financiados foram identificados em documentos oficiais do fundo. Órgãos relacionados à agricultura e/ou desenvolvimento agrários dos governos estaduais e federal são predominantes entre os papéis estabelecidos nos programas, mas os arranjos introduzem arenas e atores que podem afetar as possibilidades de adaptação.

**Palavras-chave:** Financiamento público internacional, adaptação climática, governança

#### Destaques (*highlights*)

- O financiamento da adaptação climática no caso mobiliza uma diversidade de atores e arenas
- Funções concentram-se em instituições públicas que conduzem políticas de desenvolvimento rural
- O financiamento introduz atores e arenas distintos

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- É necessário investigar como esses atores e arenas pautam as possibilidades de adaptação

## **Introdução**

O financiamento internacional de ações que colaborem para a redução de desigualdades e para a construção de resiliência climática é uma das respostas a nível global para avançar a agenda de adaptação às mudanças climáticas. O financiamento é apontado como uma das principais missões e um dos maiores gargalos da ação climática – na adaptação, a lacuna é estimada entre 194 e 366 bilhões de dólares por ano, de acordo com o relatório Adaptation Gap Report de 2023 (PNUMA, 2023). Mas, além da mobilização, ainda há pouca investigação sobre como funcionam as ações na prática e os efeitos que produzem (Bhandary, 2021).

A importância do financiamento internacional não se relaciona estritamente ao montante e fluxo dos recursos – são também uma forma de cooperação e difusão de políticas, práticas e prioridades. A construção das ações de adaptação financiadas com recursos públicos internacionais envolve múltiplos atores e escalas territoriais: desde a interação entre Estados e organismos internacionais que dá origem a diretrizes de aplicação de recursos até a implementação local de ações envolvendo atores locais – governos locais, sociedade civil, organizações executoras, beneficiários e outros. Compreender por quem e como são desenhadas e implementadas diz respeito a destrinchar como esses mecanismos podem ou não influenciar a ação que efetivamente se concretiza a nível local. Isso se relaciona tanto à pauta da efetividade dos recursos quanto à justiça na ação climática.

Nesse sentido, a governança desses recursos figura como um aspecto importante na compreensão de como o financiamento pode concretizar a agenda de adaptação climática. A governança é entendida, no contexto desse trabalho, como o conjunto de atores, contextos de deliberação e arranjos institucionais que se formam em torno de questões complexas. A adaptação climática se enquadra nesta categoria à medida que diz respeito a Sistemas Socioecológicos Complexos, em que diversos elementos em escalas geográficas e temporais distintas interagem produzindo resultados incertos (Folke et al., 2005). Na adaptação, as ações são limitadas ou potencializadas por condições que ultrapassam as fronteiras da unidade adaptativa e que dialogam com fatores em horizontes temporais muito distintos das medidas adotadas.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Enquanto lente de análise para esses conjuntos complexos e multiescalares, há inúmeras abordagens de governança. Entende-se que o primeiro passo para o aprofundamento da governança estabelecida é observar a ecologia de atores envolvidos – a interação de atores de múltiplos níveis geográficos e diferentes perfis (para além da esfera governamental) é um elemento de análise para abordagens da governança global (Inoue, 2016; Young, 2009), policêntrica (Dietz; Ostrom; Stern, 2003; Lubell, 2013; Ostrom, 2009) e multinível (Bichir, 2018; Lascoumes; Le Galès, 2007; Tortola, 2017). Isso significa identificar atores em diferentes níveis territoriais e as arenas decisórias (atores políticos interagindo sob um conjunto de normas, resultando em regras operacionais) (Lubell, 2013).

Para discutir governança nesse contexto, adota-se o estudo de caso da atuação do Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no semiárido brasileiro. O fundo surgiu para promover desenvolvimento e segurança alimentar em contextos de pobreza rural, mas se tornou um dos principais a atuar na adaptação climática entre populações vulneráveis do meio rural. Progressivamente, o FIDA vem incorporando a questão climática – em especial a adaptação. Nas definições estratégicas do fundo para o período de 2025 a 2027, foi estabelecida a meta de que todos os projetos sejam sensíveis às questões climáticas e que pelo menos 45% dos recursos em empréstimos e doações sejam enquadrados como finanças climáticas. Em 2022, 246 milhões de dólares foram categorizados como financiamento climático, dos quais 95% contabilizados no setor de adaptação.

Nesse sentido, o mapeamento de atores e arenas formalmente estabelecidos para a implementação dos programas do fundo no Brasil é uma forma de evidenciar a governança que media a execução de ações de adaptação climática entre populações rurais vulneráveis do semiárido.

## **Metodologia**

Foi realizado o mapeamento de atores e arenas decisórias nos programas realizados com financiamento do FIDA no semiárido por meio da documentação oficial do fundo. Os documentos analisados foram os Relatórios de Desenho, que sistematizam a proposta da ação a ser desenvolvida, e os Relatórios de Conclusão, que relatam a implementação das ações. Nestes documentos, foram analisadas as seções específicas que relatam o arranjo de implementação, quadro de implementação ou arranjo de governança – trechos que descrevem

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

atores envolvidos e suas atribuições – com consultas pontuais a outras seções. As fontes são disponibilizadas de forma pública no portal do fundo (<https://www.ifad.org/en/projects-list>).

Quanto ao recorte, foram identificados 17 projetos já realizados, em andamento ou a iniciar no Brasil por meio da plataforma Cofix. Destes, 15 são voltados para o semiárido. Os documentos foram analisados para 12 desses 15 programas, não havendo documentação para os dois mais antigos e para o PRODECAR II. Vale pontuar que, com exceção de dois programas – Sertão Vivo e PDHC III, que estão iniciando – os demais foram analisados principalmente a partir dos relatórios de conclusão, buscando se aproximar do arranjo efetivamente utilizado durante o programa.

Para os 13 programas analisados, foram levantadas três categorias: atores, arenas e estruturas. Quanto aos atores, foram atribuídas categorias de responsabilidade de acordo com a descrição feita no documento – essas categorias são detalhadas no quadro 1. As arenas foram também listadas por programa de acordo com suas atribuições. Finalmente, foram levantadas estruturas formadas circunstancialmente para o programa, com equipes específicas contratadas, mesmo que subordinadas a algum dos atores.

*Quadro 1. Descrição das categorias adotadas para representação do papel dos atores*

<b>Papel no programa</b>	<b>Descrição</b>
Beneficiários	Público beneficiário
Controle consultivo	Atores que participam em arenas decisórias cuja prerrogativa é realizar consultas quanto ao andamento do projeto, decisões tomadas e/ou recomendações para ações. Nesse sentido, atuam tendo voz em uma arena.
Execução	Atores que atuam na execução de ações junto a beneficiários. Podem ser organizações, atores contratados ou órgãos implementadores de políticas públicas (ou seja, que provêm o serviço público contemplado no programa, seja por seus servidores, equipamentos ou contratações).
Financiamento	Atores que provêm recursos, incluindo o financiador internacional e o ator nacional responsável pela contrapartida orçamentária.
Gestão do programa	Atores responsáveis por atribuições de gestão – acompanhamento do progresso físico e orçamentário, tomada de decisão, gestão do conhecimento, monitoramento, gestão financeira. A maioria dos categorizados sedia a Unidade de Gestão do Programa (UGP). Apesar de ser uma estrutura circunstancial com consultores contratados, a UGP fica sediada em um órgão e em geral é coordenada por um integrante desse órgão, de forma que o ator tem alguma ingerência sobre a gestão operacional. Alguns atores foram incluídos na categoria por realizar papéis semelhantes em subnível – ou seja, replicarem esse trabalho em nível regional em projetos de maior porte.
Gestão financeira	São em geral órgãos relacionados a atribuições orçamentárias ou instituições financeiras que realizam o intermédio financeiro, recebendo os aportes do fundo e operacionalizando desembolsos para a execução
Parceria	Contempla diversos papéis. São atores que se relacionam de alguma forma com o projeto, seja com ações complementares, apoio em ações da execução ou em outras frentes (como a geração ou gestão de conhecimento).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Supervisão	Trata-se da supervisão realizada pelo financiador. Segundo a política de supervisão do FIDA [], essa função implica em acompanhar a execução do projeto quanto ao cumprimento dos termos do empréstimo e a aderência aos objetivos e resultados esperados do programa (avaliada por meio de indicadores de avaliação de impacto). A supervisão também inclui “suporte técnico, diálogo de políticas, inovações, ajustes no desenho de programas”.
Suporte administrativo e gerencial	Em alguns casos, atores são envolvidos no programa para realizar atividades relacionadas ao gerenciamento, como a contratação e composição das UGPs.

Fonte: elaborado pela autora

## Resultados

Do total de atores identificados, constam 79 organizações específicas. Mas, além destas, os documentos mencionam categoriais mais amplas que também participam da dinâmica de implementação – como organizações produtivas, secretarias municipais, organizações de base comunitária (como igrejas, associações, coletivos) e as organizações e prestadores de serviços relacionados ao desenvolvimento rural. O quadro 2 indica a distribuição dos diferentes tipos de atores dentre os papéis nos programas.

*Quadro 2. Tipo de ator a desempenhar papéis nos programas e número de programas em que atuam em determinada função*

Papel	Tipo de ator	Nº programas
Beneficiários	Sociedade	12
	Organizações produtivas	4
Controle consultivo	Governo estadual	5
	Organizações não governamentais	3
	Instituição pública estadual	3
	Organizações produtivas	2
	Governo federal	2
	Órgão colegiado federal	1
Execução	Governo estadual	9
	Organizações e profissionais de desenvolvimento rural	9
	Instituição pública federal	9
	Instituição pública estadual	5
	Organizações produtivas	2
	Universidade	1
	Organização internacional	1
	Governo federal	1
Financiamento	FIDA	11
	Governo estadual	8
	Governo federal	4

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

	Financiador internacional	4
Gestão do programa	Governo estadual	9
	Governo federal	3
	Instituição pública federal	2
	Instituição pública estadual	1
Gestão financeira	Governo estadual	2
	Instituição pública federal	2
	Organização internacional	1
Parceria	Universidade	6
	Instituição pública estadual	5
	Organizações não governamentais	3
	Outros	3
	Governo municipal	3
	Governo estadual	2
	Instituição pública federal	2
	Empresas privadas e prestadores de serviço	1
Supervisão	FIDA	11
	Financiador internacional	1
Suporte administrativo e gerencial	Organização internacional	5
	Organizações não governamentais	1

Fonte: elaborado pela autora

A figura 1 apresenta de forma gráfica a presença dos tipos de ator nas funções, sendo o peso da aresta o número de programas em que a categoria atua na função com a qual está conectada. Nós azuis representam atores do poder público, em verde estão categorias de atores pertencentes à sociedade civil (incluindo-se as universidades) e nós lilás representam atores internacionais.

*Figura 1. Grafo dos papéis desempenhados por cada tipo de ator*

Apoio:



Realização:

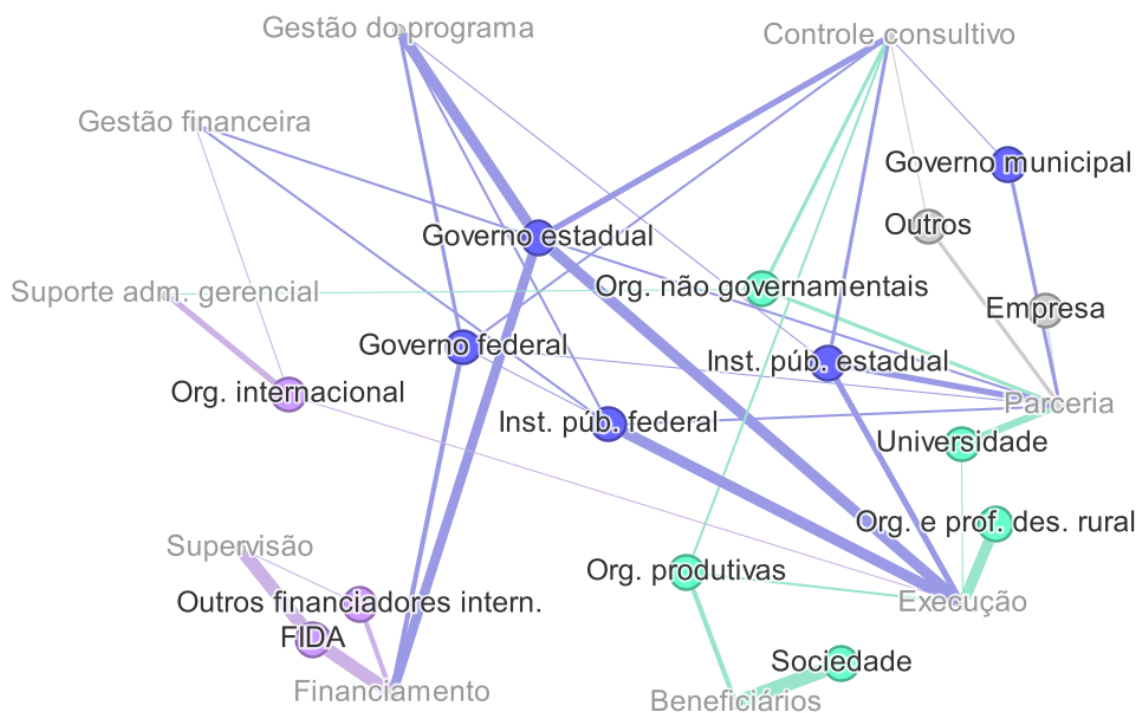


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





Fonte: elaborado pela autora

Quanto às arenas, foram identificadas 27 instâncias formais distribuídas nos 12 programas. São listadas, com respectivas atribuições, por programa no quadro abaixo.

*Quadro 3. Descrição das arenas por programas*

Projeto	Arena	Responsabilidade	Tipos de atores
<b>Sertão Vivo</b>	Comitê Consultivo	Direcionamento de alto nível (execução e integração)	Governo federal; organizações não governamentais; instituições públicas federais; governos estaduais
	Conselhos Consultivos	Direcionamento Transparência	Sociedade; governos estaduais
<b>PDHC III</b>	Comitê Executivo	Coordenação e monitoramento	Governo federal
	Conselho Regional	Disseminação de informações e complementariedade com políticas estaduais	Governo federal; governos estaduais; organizações produtivas
	Comitês Territoriais	Controle social	Sociedade; governos
<b>PPF II</b>	Comitê de Gestão Estratégica	Direcionamento	Governo estadual; instituições públicas estaduais
	Comitê regional: Fórum Microrregional Pela Vida no Semiárido (instância pré-existente aproveitada pelo programa)	Controle social	Sociedade; organizações produtivas
	Comitê local: Comitê Municipal para Convivência com o	Controle social Mobilização	Sociedade; organizações produtivas, organizações não governamentais; governos



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

	Semiárido (instância preexistente aproveitada pelo programa)		municipais; instituições públicas estaduais
<b>PSI</b>	Comitê de Coordenação do Projeto	Operacional	Sociedade; governo estadual; instituições públicas estaduais
<b>PDHC II</b>	*Estavam previstos um Comitê Executivo e Comitês Territoriais, mas só operaram até 2019, quando mudanças no governo federal mudaram a estrutura do projeto. A estrutura de governança não operou, sem dinâmicas formais de participação.		
<b>Pró-semiárido</b>	Comitê Diretivo do Projeto	Direcionamento Monitoramento	Governo estadual; instituições públicas estaduais
	Conselhos Estadual e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (instância pré-existente aproveitada pelo programa)	Articulação	Atores que compõe o conselho pré-existente (não especificado)
	Conselhos de gestão de políticas (PAA e PNAE) (instância pré-existente aproveitada pelo programa)	Articulação	Atores que compõe o conselho pré-existente (não especificado)
	Territórios Rurais	Planejamento e implementação	Sociedade; organizações produtivas
<b>PVSA</b>	Conselho Gestor do Projeto Viva o Semiárido (CONGEP)	Tomada de decisão de alto nível	Governo estadual; instituições públicas estaduais
<b>PPF I</b>	Conselho estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Ceará) (instância pré-existente aproveitada pelo programa)	Articulação	Atores que compõe o conselho pré-existente (não especificado)
	Comitê de Gestão Estratégica e Operacional da SDA-CE	Tomada de decisão de alto nível	Governo estadual
	Comitês locais	Deliberativo	Sociedade; organizações produtivas
<b>Dom Távora</b>	Comitê Executivo	Tomada de decisão de alto nível	Governo estadual
	Comitê de Análise e Aprovação dos Planos de Negócios	Tomada de decisão executiva	Governo estadual; instituições públicas estaduais
<b>PROCASE</b>	Comitê Consultivo	Tomada de decisão de alto nível	Governo estadual; sociedade
	Comitê Executivo para Gestão do Investimento Produtivo - ECPIM	Tomada de decisão executiva (aprovação dos investimentos)	Governo estadual
	Colegiados territoriais	Tomada de decisão executiva (seleção de projetos)	Governos
<b>PRODECAR</b>	Comitê Consultivo	Tomada de decisão de alto nível	Não especificado
	Conselhos sub-territoriais	Tomada de decisão executiva (seleção de beneficiários)	Organizações não governamentais; governos municipais

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

<b>PDHC I</b>	Comitê Consultivo	Tomada de decisão de alto nível	Governo federal; governos estaduais; instituições públicas federais; sociedade
	Comitês estaduais	Tomada de decisão executiva	Governos estaduais; instituições públicas federais; organizações e profissionais de desenvolvimento rural; sociedade
	Comitês municipais	Tomada de decisão executiva (aprovação de projetos)	Não especificado

Fonte: elaborado pela autora

## Discussão

De forma geral, os programas analisados buscam reduzir a pobreza rural – e outros objetivos, como a resiliência climática em programas mais recentes – sobretudo por meio do provimento de assistência técnica para o aumento da renda da produção, diversificação produtiva, acesso a mercados e outras formas de rendimentos. Incluem também componentes com outros tipos de intervenção, como o provimento de tecnologias de acesso à água e iniciativas de formação e capacitação.

Os programas variam quanto ao arranjo de implementação, mas é possível traçar uma composição de atores recorrente que se adequa a diferentes contextos. Dos 12 programas analisados, 8 deles são estaduais, ou seja, são geridos e têm a contrapartida orçamentária de responsabilidade dos estados. A gestão do programa, nesses casos, é alocada entre as secretarias de agricultura ou de desenvolvimento agrário. O FIDA atua no financiamento – há casos em que há também outros financiadores – e supervisão do programa, havendo apenas uma exceção em que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exerce este último papel. De forma geral, os beneficiários são diretamente famílias e comunidades rurais que recebem as ações de assistência técnica, formação e outras – executadas em geral pelas próprias secretarias ou empresas públicas de desenvolvimento rural.

Há, no entanto, programas com outros formatos para a execução, como o Programa Paulo Freire (PPF) e os programas realizados com o governo federal (as fases do Programa Dom Helder Câmara – PDHC – e o recente Sertão Vivo). Nas fases do PPF, por exemplo, organizações produtivas das comunidades rurais foram também beneficiárias do programa, recebendo recursos e treinamentos para estruturação, e provimento de assistência técnica via organizações não governamentais com presença local. Nas fases do PDHC, sobretudo a II, foram diversas instituições federais (autarquias, empresas públicas e universidades) envolvidas enquanto

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

parcerias e execução. No Sertão Vivo, programa de maior orçamento do portfólio, prevê-se um arranjo em que governos estaduais propõem projetos no âmbito dos componentes temáticos do programa.

Para a maioria dos programas também foram instituídas uma Unidade de Gestão do Programa (UGP) coordenadas pela secretaria ou ministério responsável, mas compostas majoritariamente de equipe contratada para esse fim. Em alguns casos, outros atores – frequentemente o IICA – ficaram responsáveis pela contratação da UGP. Em diversos programas, também são formadas unidades locais, com equipes contratadas para esse fim, que gerenciam o programa a nível local ou até mesmo prestam os serviços que são objeto da ação. Essas estruturas formadas para fins do programa têm atribuições relevantes – as UGP atuam no gerenciamento da operação dos programas de forma geral e as unidades territoriais gerenciam atividades locais e são parte da execução. Portanto, essas estruturas compostas circunstancialmente figuram também como atores relevantes para o direcionamento das ações.

Quanto a arenas, os programas possuíam entre uma e quatro instâncias formalmente definidas, com exceção do PDHC II, em que as instâncias inicialmente previstas não operaram de fato durante o programa. Quase todos os programas (11) possuíam uma arena para tomada de decisão, definindo o direcionamento das ações a serem realizadas de forma ampla e promovendo a integração com outras políticas e programas. Essas instâncias eram compostas, em geral, de órgãos públicos. Alguns (3) programas contavam também com outras instâncias para a tomada de decisão executiva, como a seleção de projetos elegíveis para a participação e aprovação dos investimentos, também com participação de órgãos públicos (com exceção do PDHC I, que incluía representantes dos beneficiários). Outros (5) incluíam comitês e instâncias locais ou regionais compostas inclusive por sociedade civil – sobretudo beneficiários e organizações relacionadas a essas comunidades – com a atribuição de acompanhar o andamento do programa e exercer controle social.

Nota-se que, dentre os atores, predominam órgãos públicos e outras instituições públicas já relacionadas ao provimento de assistência ao desenvolvimento rural e demais objetos dos programas. Organizações e representações da sociedade são menos presentes nos arranjos, ainda que, em alguns casos, organizações não governamentais relacionadas ao provimento desses serviços sejam eventualmente contratadas como executoras das ações. Nesse sentido, o

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

desenvolvimento desses programas é alinhado a uma dinâmica já existente de provisão desses serviços pelos governos estaduais e federal.

No entanto, o financiamento internacional também introduz atores e espaços a essa rede. O fundo e outros financiadores exercem a função de supervisão do andamento do programa e a adesão aos objetivos desenhados. Além disso, a gestão operacional dessas ações é realizada com o envolvimento de outras organizações que provém o suporte gerencial. Alguns programas utilizam como instância decisória conselhos já existentes – a exemplo do PPF II – mas na maioria dos casos são formados conselhos deliberativos ou de acompanhamento das ações reunindo atores de perfis distintos.

Programas mais recentes do FIDA no Brasil, a exemplo do PDHC III e Sertão Vivo, têm foco mais explícito em clima, na promoção da adaptação no semiárido e até mesmo na mitigação, refletindo o direcionamento geral do fundo. Dessa forma, é relevante compreender como essa mudança de foco se dá no âmbito da rede de atores que os programas mobilizam, que é vinculada à provisão de serviços públicos de desenvolvimento rural.

## Conclusões

O financiamento da adaptação climática em contextos rurais promovido pelo FIDA no Brasil passa por uma rede de atores e arenas que direcionam as ações. Identificar essa rede no desenho formal dos programas é um primeiro passo para analisar de que forma os recursos são implementados e como essas ações se relacionam com as vulnerabilidades climáticas. A partir desse passo inicial, pode-se seguir investigando as hipóteses de que i) efeitos das ações de financiamento internacional em termos de adaptação ao clima são reflexo das agendas, interesses dos atores e relações entre atores que participam do processo e de que ii) a estrutura de governança determina o grau de alinhamento entre essas ações e as agendas relacionadas às vulnerabilidades ao clima na escala de execução, possibilitando que os objetivos sejam apropriados e adequados às necessidades daquele sistema. Um próximo passo necessário é o aprofundamento dessas dinâmicas de forma a captar elementos mais sutis da governança, como os mecanismos institucionais que são estabelecidos para induzir comportamentos, dinâmicas de poder e as interações para além das definições formais.

## Referências

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

BHANDARY, Rishikesh Ram. Climate finance policy in practice: a review of the evidence. **CLIMATE POLICY**, v. 21, n. 4, p. 529–545, 21 abr. 2021.

BICHIR, Renata Mirandola. Governança multinível. <http://www.ipea.gov.br>, dez. 2018.

DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The struggle to govern the commons. **Science (New York, N.Y.)**, v. 302, n. 5652, p. 1907–1912, 12 dez. 2003.

FOLKE, Carl *et al.* Adaptive Governance of Social-Ecological Systems. **Annu. Rev. Environ. Resour.**, v. 15, p. 441–73, 21 nov. 2005.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. Governança global do clima: proposta de um marco analítico em construção. **Carta Internacional**, v. 11, n. 1, p. 91, 30 abr. 2016.

KASSIM, Hussein; LE GALÈS, Patrick. Exploring Governance in a Multi-Level Polity: A Policy Instruments Approach. **West European Politics**, v. 33, n. 1, p. 1–21, jan. 2010.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologie de l'action publique**. [S.l.]: Armand Colin, 2007.

LUBELL, Mark. Governing Institutional Complexity: The Ecology of Games Framework. **Policy Studies Journal**, v. 41, 1 ago. 2013.

OSTROM, Elinor. A Polycentric Approach For Coping With Climate Change. n. World Bank, 26 out. 2009.

PNUMA. **Adaptation Gap Report 2023: Underfinanced. Underprepared. Inadequate investment and planning on climate adaptation leaves world exposed.** , 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.59117/20.500.11822/43796>>

TORTOLA, Pier Domenico. Clarifying multilevel governance. **European Journal of Political Research**, v. 56, n. 2, p. 234–250, maio 2017.

YOUNG, Oran R. Governance for sustainable development in a world of rising interdependencies. *In: Governance for the Environment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

